

**Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA)
da
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)**

**Estado x documento x cidadão: recomendações para gestão de
documentos identitários em arquivos pessoais**

**Linha de pesquisa 1- Patrimônio Documental:
representação gerenciamento e preservação de espaços de
memória**

Rio de Janeiro

2018

Sumário

1. Tema e problema	3
2. Objetivos	4
2.1 Objetivo gera.....	4
2.2 Objetivos específ.....	4
3. Justificativa	5
4. Fundamentação teórica.....	5
5. Metodologia.....	8
6. Cronograma da pesquisa.....	9
7. Referências	9

1. Tema e problema

Nos inventários de arquivos pessoais é comum encontrar séries como “documentos pessoais” ou “vida pessoal” onde são arranjados, entre outros documentos, carteiras profissionais, de identidade, certidões, passaportes, títulos eleitorais. Os documentos identitários (CAMARGO, 2009) que transformam os indivíduos em cidadãos (PEIRANO, 2002, p. 46) é o tema deste anteprojeto.

Os documentos identitários são produzidos pelos diversos órgãos do Estado (Ministério do Trabalho, Secretarias de Segurança Pública, Polícia Federal, etc.). Sua função básica é legalizar, oficializar e tornar o cidadão “visível, passível de controle e legítimo para o Estado. (PEIRANO, 2002. p.37). Neste processo de singularização do indivíduo o Estado guarda “milhões de registros, mantendo um inventário preciso das atividades, dos movimentos e das rotinas dos cidadãos de um dado Estado-nacional”. (DAMATTA, 2002, p. 44). Os mesmos são acumulados nos arquivos pessoais, tanto de personalidades quanto de cidadãos comuns. Claudine Dardy afirma que documentos no âmbito privado

são coisas vivas, com vida mais longa e preservação mais ou menos limitada. Periodicamente, os manuais e revistas da vida prática tentam relembrar essas regras para o uso administrativo saturadas por uma papelada, que eles sabem devem manter sem saber como. (DARDY, 1997, p.229, tradução nossa).

Muitos documentos identitários são requeridos e obtidos como pré-condição para auferir outros documentos e para acesso à direitos sociais e políticos. Em que pese a legislação¹ que prevê a unificação dos documentos

¹ Decreto nº 7.166 de 5 de maio de 2010. Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor, regulamenta disposições da Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997,

identitários brasileiros e a mudança de suporte de alguns, a necessidade e/ou obrigação de obter, apresentar e conservar um conjunto básico de documentos para o exercício de direitos e deveres se mantém. Assim, tem-se a questão central deste anteprojeto: Quais são os documentos identitários de um cidadão brasileiro e como se dá sua gestão, no âmbito dos arquivos pessoais, para o pleno exercício de direitos e cumprimento de deveres? Como se dá o interrelacionamento destes documentos? Qual a validade ou temporalidade dos documentos identitários ao longo da vida de um cidadão brasileiro?

2. Objetivos

2.1. Objetivo geral

Elaborar um produto técnico-científico que apresente recomendações para a gestão de documentos identitários necessários ao exercício de direitos e deveres – acumulados em arquivos pessoais de cidadãos brasileiros nos séculos XX- XXI.

2.2. Objetivos específicos

1. Discutir e definir as características dos arquivos pessoais, análise tipológica e as funções arquivísticas classificação e avaliação;
2. Arrolar a legislação que estabelece quais são os documentos identitários – básicos e ou obrigatórios – Brasil no século XX- XXI;
3. Compreender o contexto sociopolítico, cultural e econômico de uso e acumulação de documentos identitários;

e dá outras providências e Lei nº 13.444 de 11 de maio de 2017. Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).

4. Analisar, classificar e avaliar as espécies e tipos documentais identitárias estabelecidas como básicas e ou obrigatórias pela legislação
5. Contribuir na gestão dos documentos pessoais possibilitando ao cidadão verificar a completude de seus documentos identitários para o pleno exercício de direitos e cumprimento de deveres bem como, contribuir na identificação e descrição destes documentos identitários em arquivos pessoais recolhidos às instituições de memória.

3. Justificativa

O tema deste anteprojeto é pouco explorado nas reflexões sobre arquivos públicos e arquivos pessoais – ainda que sejam documentos, com fórmulas diplomáticas estáveis, produzidos e exigidos rotineiramente no âmbito público (na esfera macrossocial) e acumulados compulsoriamente no âmbito privado (na esfera microssocial). A proposta de elaborar recomendações para gestão de documentos identitários, com fundamentação teórico-metodológica na arquivologia bem como a identificação de seus usos, por meio da compreensão da relação Estado x documento x cidadão, pode contribuir na construção de instrumentos de representação e gerenciamento de acervos históricos. Deste modo, o anteprojeto se insere na linha de pesquisa 1 - Patrimônio documental: representação, gerenciamento e preservação de espaço de memória.

4. Fundamentação teórica

A fundamentação teórica será constituída, inicialmente, por autores que analisam os arquivos pessoais como Camargo e Goulart (2007), Camargo (2008;

2009), Oliveira (2012), Santos (2008), Matias e Schmidt (2016) buscando nestes textos a definição das características básicas deste tipo de arquivo.

Dentro do tema gestão de documentos, o ponto de partida será a definição das funções arquivísticas de: **Classificação** que “já define quais documentos estão relacionados entre si, quais atividades e funções representam e quais se inter-relacionam” (OLIVEIRA, 2012 p. 42) representadas num código ou plano de classificação; **Avaliação** que consiste “processo de análise que estabelece os prazos de guarda e a destinação de documentos de arquivo, de acordo com os valores que lhes são atribuídos (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.41) resultando na tabela de temporalidade e orientação sobre a destinação dos documentos, guarda ou eliminação.

Para execução destas funções, a identificação dos tipos documentais definidos como representantes da “união entre a função administrativa e o documento que a registra e que induza que ela se cumpra” (BELLOTTO, 2014, p. 347) e das espécies documentais que são “a configuração que assume o documento de acordo com a forma e a finalidade dos dados nele contidos” (BELLOTTO, 2014, p. 347-348) torna-se estratégica. A análise dos tipos e espécies documentais a partir do

instrumental teórico e metodológico da tipologia documental, extensão metodológica da diplomática arquivística, aborda a lógica orgânica dos conjuntos documentais e possibilita que se identifiquem a proveniência e a vinculação do documento às atividades e funções da entidade produtora. (BELLOTTO, 2014, p.428).

A análise tipológica permite, em suma, a inteiração sobre o contexto de produção dos documentos arquivísticos. Sobre contexto arquivístico as definições de Thomassen (2006, apud OLIVEIRA, 2012, p.44) são esclarecedoras:

todos os fatores ambientais que determinam como os documentos são gerados, estruturados, administrados e interpretados. Os fatores ambientais que determinam diretamente os conteúdos, formas e estruturas dos registros podem ser diferenciados em contexto de proveniência, contexto administrativo e contexto de uso. Cada uma a seu tempo, determinados pelo contexto sociopolítico, cultural e econômico. (THOMASSEN,2006, p.10 apud OLIVEIRA, 2012, p.44).

Nessa perspectiva da compreensão dos contextos, as reflexões sobre documentos identitários que partem da historiografia e antropologia serão de grande contribuição. Galeano (2012) afirma que é recente os estudos históricos sobre técnicas de identificação, e vem a reboque da história da justiça, da polícia, das migrações e das tecnologias de controle do estado, tirando “os métodos de identificação do domínio exclusivo dos manuais de criminalística e dos especialistas policiais, para colocá-los no campo da pesquisa universitária”. (GALEANO, 2012).

No que tange aos usos dos documentos identitários no Brasil, as reflexões de Mariza Peirano e Roberto DaMatta (2002) são relevantes para os objetivos deste anteprojeto. Peirano (1986; 2002) é precursora na investigação que reflete tanto a produção como os significados dos documentos. Em seus trabalhos ela examina os documentos pessoais na perspectiva do cidadão buscando os significados de cidadania e nação. Paralelamente faz uma análise do domínio do Estado, produtor dos documentos, seu conceito de cidadania através do programa de desburocratização iniciado na década 1970 e continuado no programa governo eletrônico. Por sua vez, Roberto DaMatta debate a questão da identidade e da construção da pessoa e do cidadão, bem como a serventia dos documentos como instrumentos tanto de nivelamento, quanto de hierarquização social (DAMATTA, 2002, p. 44) e os fatores sóciohistóricos que

determinaram o estabelecimento de um conjunto de documentos únicos e obrigatórios. (DAMATTA, 2002, p. 46).

5. Metodologia

O presente anteprojeto de pesquisa é de natureza aplicada, de abordagem qualitativa e com objetivos exploratórios (SILVA, 2003, p. 20-21). De natureza aplicada uma vez que se propõe a elaborar um produto técnicocientífico, de aplicação prática nas funções arquivísticas de identificação, classificação e avaliação de documentos, bem como, nas atividades cotidianas do cidadão (gestão de documentos identitários e exercício de direitos e deveres). De abordagem qualitativa pois demanda interpretações e atribuição de significados a partir da observação de fenômenos humanos dentro de uma complexidade histórica e social (MINAYO, 2009 apud SILVA, 2003): a relação do Estado Brasileiro x cidadão entre os Séculos XX-XXI e a acumulação de documentos no âmbito privado por injunção.

De objetivos exploratórios, pois se propõe a examinar os documentos identitários no âmbito dos arquivos privados, explicitando as inter-relações Estado x documento x cidadão. Assim, os procedimentos para alcançar os objetivos específicos deste anteprojeto serão a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica será sobre os temas arquivos pessoais, análise tipológica, gestão de documentos para subsidiar a identificação de atividades, funções, espécies e tipos documentais. Para os objetivos de compreender o contexto sociopolítico de uso e acumulação dos documentos de identificação civil, a pesquisa bibliográfica será sobre os temas história, sobretudo do Brasil República a partir da década de 1930, Antropologia Ciências

Sociais e Direito. Será também executada pesquisa documental, isto é, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico (SILVA, 2003, p.21): arrolamento e exame de leis, decretos, portarias, regulamentos, relatórios e análise dos documentos identitários estabelecidos como básicos. Os exemplares válidos, isto é, que estejam de acordo com a legislação em vigor, para a análise serão selecionados em arquivos pessoais recolhidos a instituições de memória.

6. Cronograma da pesquisa

Atividades/ período (meses)	Fase 1 - construtiva											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Levantamento bibliográfico e documental		X	X	X								
Pesquisa bibliográfica				X	X	X						X
Pesquisa documental					X	X						X
Participação nas disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	
Preparação da fundamentação teórica												X
Preparação da análise dos dados levantados												X
Atividades/ período (meses)	Fase 2 - redacional											
	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Trabalho de Qualificação 75 horas e 5 créditos	X	X	X	X	X							
Exame de qualificação						X						
Trabalho de Conclusão de Curso						X	X	X	X	X	X	
Entrega do texto											X	
Julgamento (defesa)												X

7. Referências

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário Brasileiro de Terminologia**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Publicações Técnicas, v. 51, 2013.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.p.477.

BRASIL. Decreto nº 7.166, de 05 de maio de 2010. Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor, regulamenta disposições da Lei no 9.454, de 7 de abril de 1997, e dá outras providências. Disponível em:

<http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7166.htm>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. Lei nº 13.444, de 11 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-1344411-maio-2017-784695-publicacaooriginal-152527-pl.html>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. **Revista Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 5-9 jul./dez.2008.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/fxqQ2V>> Acesso em: 03 de junho de 2018.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.p.312.

DARDY, Claudine. L'identité-papier. **Les cahiers de médiologie**, 1997/2 (Nº 4), p. 225-231. DOI: 10.3917/cdm.004.0225. Disponível em: <https://goo.gl/W5nmjF> Acesso em: 03 de maio de 2018.

DAMATTA, Roberto. A Mão Visível do Estado: Notas sobre o Significado Cultural dos Documentos na Sociedade Brasileira. **Anuário Antropológico**, n.99, p. 37-64, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/Duc4Jq>> Acesso em: 03 de junho de 2018.

GALEANO, Diego. Identidade cifrada no corpo: o bertillonnage e o gabinete antropométrico na polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** [online]. 2012, vol.7, n.3, pp.721-742. Disponível em: <http://ref.scielo.org/dgs8m7> Acesso em: 03 de junho de 2018

MATIAS, Marcio. SCHMIDT, Luciana. Tabela de temporalidade para arquivo pessoal: uma proposta. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 960-972, ago./nov., 2016. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/index>>. Acesso em: 01 jul 2018.

OLIVEIRA, Lúcia. M. V. de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.p.17.

PEIRANO, Mariza G. S. "Sem lenço, sem documento": Reflexões sobre a cidadania no Brasil. **Sociedade e Estado**: Revista Semestral do Departamento de Sociologia da UnB, Brasília, v. 1, p.49-63, jun.1986. Disponível em: <https://goo.gl/hjpwbe>. Acesso em: 18 maio 2018.

_____. "This horrible time of papers": documents and national values. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. **Série Antropologia**, 312. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie312empdf.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Arquivos Pessoais. *Arquivística.net*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 62-80, jan./jul. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/49aXzi>>. Acesso em: 18 maio 2018.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino A Distância da UFSC, 2003. 121 p.